Nortec Química S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **1**

Balanços patrimoniais **3**

Demonstrações dos resultados **4**

Demonstrações do resultado abrangente **5**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **6**

Demonstrações dos fluxos de caixa **7**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **8**

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Nortec Química S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

60262

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Nortec Química S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.911	27.603
Contas a receber	9	67.666	83.307
Mútuo c/partes relacionadas	20.a	-	35.301
Estoques	10	87.322	78.574
Impostos a recuperar	11	12.639	3.160
Despesas antecipadas		804	692
Adiantamento a fornecedores		1.344	1.562
Outros ativos circulantes		78	41
Total do ativo circulante		**193.764**	**230.240**
Não circulante			
Aplicações financeiras	8	2.021	3.184
Outros ativos não circulantes	13	1.751	1.711
Imobilizado	12	159.003	157.187
Total do ativo não circulante		**162.775**	**162.082**
Total do ativo		**356.539**	**392.322**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	14	22.798	27.661
Empréstimos e financiamentos	15	32.276	10.684
Obrigações sociais e trabalhistas	16	5.373	4.869
Obrigações fiscais	17	4.567	4.251
Dividendos a pagar	20.b	2.224	2.140
Participações a pagar		933	901
Adiantamento de Clientes		77	23
Outros passivos circulantes		958	443
Total do passivo circulante		**69.206**	**50.972**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	70.160	98.745
Contingências	18	173	109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	3.201	1.129
Benefício Pós-Emprego		968	1.686
Total do passivo não circulante		**74.502**	**101.669**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		54.836	89.230
Reserva Legal		14.826	14.826
Reserva de Retenção de Lucros		22.247	30.457
Reserva de Incentivos Fiscais		119.717	104.833
Outros Resultados Abrangentes		1.205	335
Total do patrimônio líquido		**212.831**	**239.681**
Total do passivo		**356.539**	**392.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A.
Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	210.472	245.825
Custo dos produtos vendidos	22	(162.853)	(179.360)
Lucro bruto		**47.619**	**66.465**
Despesas operacionais líquidas			
Despesas com vendas	23	(2.252)	(2.004)
Despesas administrativas e gerais	23	(44.387)	(41.406)
Outros resultados operacionais	23	9.190	1.731
		(37.449)	(41.679)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**10.170**	**24.786**
Receitas financeiras	24	7.466	4.389
Despesas financeiras	24	(10.335)	(6.521)
Variação cambial líquida	24	4.734	(7.958)
		1.865	(10.090)
Resultado antes dos impostos		**12.035**	**14.696**
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.065)	(3.446)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(2.072)	(2.239)
Lucro líquido do exercício		**8.898**	**9.011**
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)	28	0,7719	0,7587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	8.898	9.011
Outros resultados abrangentes:		
Mensuração de obrigações de benefícios a empregados – Plano de saúde	870	399
Total de outro resultado abrangente	**9.768**	**9.410**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**89.230**	**14.375**	**104.833**	**24.037**	**-**	**-**	**(64)**	**232.411**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.011	-	9.011
Benefícios a empregados – Plano de saúde		-	-	-	-	-	-	399	399
Reserva legal	20.c	-	451	-	-	-	(451)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.b	-	-	-	-	-	(2.140)	-	(2.140)
Constituição de reservas	20.c	-	-	-	6.420	-	(6.420)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**89.230**	**14.826**	**104.833**	**30.457**	**-**	**-**	**335**	**239.681**
Ações em Tesouraria decorrente ref. a dação das ações próprias decorrente do Mútuo Quitado em 10/2025		-	-	-	-	(36.769)	-	-	(36.769)
Integralização de capital	20.a	2.375	-	-	-	-	-	-	2.375
Redução de capital	20.a	(36.769)	-	-	-	36.769	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.898	-	8.898
Benefícios a empregados – Plano de saúde		-	-	-	-	-	-	870	870
Reserva de Incentivos Fiscais	20.c	-	-	14.884	(14.884)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.b	-	-	-	-	-	(2.224)	-	(2.224)
Constituição de reservas	20.c	-	-	-	6.674	-	(6.674)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**54.836**	**14.826**	**119.717**	**22.247**	**-**	**-**	**1.205**	**212.831**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. -

Nortec Química S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos		12.035	14.696
Ajustes:			
Depreciação	12	12.784	12.646
Constituição (reversão) para perda nos estoques		(349)	424
(Reversão) Provisão para contingências	18	(64)	109
(Reversão) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	9	467	99
Baixa de Ativo Permanente		-	203
Juros e variação cambial sobre empréstimos	15	3.515	11.724
Juros provisionados sobre Mútuo c/Partes Relacionadas		(1.468)	(1.517)
Benefício pós-emprego		152	167
Outros		-	24
Variações em:			
Contas a receber	9	15.174	(50.486)
Estoques	10	(8.399)	10.631
Impostos a recuperar (i)	11	(9.479)	8.952
Outros ativos		29	(19)
Fornecedores	14	(4.863)	5.816
Obrigações sociais e trabalhistas	16	504	118
Obrigações fiscais	17	316	(1.273)
Outros passivos		600	2.026
Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)		(937)	(2.970)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**20.017**	**11.370**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado (a)	12	(14.600)	(21.632)
Aplicações financeiras		1.163	566
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(13.437)**	**(21.066)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	11.076	53.728
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(14.672)	(10.634)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(6.911)	(5.234)
Aporte de Capital	20.a	2.375	-
Pagamento de dividendos e JCP	20.b	(2.140)	(7.555)
Mútuo com partes relacionadas	20.a	-	(33.784)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(10.272)**	**(3.479)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(3.692)**	**(13.175)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.603	40.778
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.911	27.603
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(3.692)**	**(13.175)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. ("Nortec" ou "Companhia") compreendem basicamente a produção, industrialização, processamentos químico e físico, comercialização, importação e exportação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), bem como quaisquer outros produtos químicos, farmoquímicos e de tecnologias, ligados à Indústria de Química Fina, para fins humanos, veterinários, agroquímicos e outros; a realização de pesquisas, desenvolvimento & inovação (PD&I) de tecnologias e de insumos da indústria química, em laboratórios especializados próprios ou de terceiros; prestação de assistência técnica e de serviço nas áreas tecnológica, de produção para terceiros e de representações comerciais em suas atividades-fim. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, Distrito Industrial, bairro Mantiquira, 4º distrito de Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 01 de agosto de 2025 a Companhia teve seu pedido do cancelamento do registro de companhia aberta – categoria A deferido pela CVM através do ofício nº 154/2025/CVM/SEP/GEA-2. Essas demonstrações financeiras tem o objetivo de atender a Administração e seus acionistas.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

2.1 Declaração de relevância

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores nas tomadas de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis para os bens do ativo imobilizado foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, que são revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser mensurado com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na sua avaliação, em conjunto com seus assessores jurídicos.

4.3 Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), e demais impostos sobre a receita, folha e créditos sobre custos e despesas. Cada uma dessas frentes é analisada em conjunto pela Administração, assessores jurídicos externos e a depender do prognóstico, podem ser reconhecidas no resultado da Companhia.

4.4 Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.5 Provisão para perdas de estoques

As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

4.6 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa 19.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas revisadas apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas informações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações ao CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for

Na data de autorização destas informações financeiras, a Sociedade não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória, apresentadas a seguir.

Norma	Descrição
CPC 51	º CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduziu as seguintes exigências: • Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado • Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras • Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações

A Administração entende que essa nova norma terá impacto relevante sobre as informações financeiras da Sociedade em períodos futuros. Essa norma será obrigatória a partir de janeiro de 2027 e a Companhia iniciará os estudos da norma e as análises dos impactos para os próximos fechamentos.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos esperadas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja transferência de controle na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessário que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopeia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise em que constam todos os testes, resultados e as especificações, de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de análise dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade da Companhia, os produtos são liberados para o faturamento. Este entendimento está em linha com o CPC47 que estabelece esta previsibilidade como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, conforme nota explicativa 21.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos.

6.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

6.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido, na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento) (nota 12).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos, no caso de venda e o valor residual no caso de baixa, e o valor contábil do ativo e em ambos os casos são reconhecidos no resultado do exercício.

6.9 Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")

A cada dois anos, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre: o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.13 Benefícios a empregados pós-emprego (Plano de saúde)

A Companhia concede aos empregados benefícios como seguro de vida, seguro saúde e odontológico, participação nos lucros, dentre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se ao plano de assistência médica. O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas atuariais gerados pela remensuração do passivo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido). O reconhecimento destes benefícios se dá conforme definido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

6.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria "passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado".

6.14.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.14.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	10	64
Caixa e bancos em moeda estrangeira	4.312	334
Aplicações financeiras em CDBs em moeda nacional (i)	16.252	17.836
Aplicações financeiras em fundos de investimento em moeda estrangeira (ii)	3.337	9.369
	23.911	27.603

(i) Referem-se a aplicações em CDBs, Compromissadas e quotas de fundos de investimento com resgate no mesmo dia da solicitação e sem carência, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas diariamente por taxas que variam de 85% a 103% (85,5% a 103% em 2024) do CDI.

(ii) No exterior os saldos em caixa e nas aplicações são em Dólar norte americano e remunerados pelas taxas dos *Time Deposits* dos Estados Unidos. No fim de dezembro de 2025, a taxa média das aplicações era de 3,63% a.a. (4,77% a.a. em 2024).

8 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2.021	3.184

O valor mencionado nas aplicações financeiras de dezembro de 2025 está dado em garantia no empréstimo em aberto junto ao Banco Itaú. Por isso, estão classificados no ativo não circulante. Essa aplicação financeira está sendo remunerada diariamente por taxa de 100% do CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	65.043	77.182
Clientes estrangeiros	3.393	6.428
Total	68.436	83.610
Provisão para perdas esperadas	(770)	(303)
	67.666	83.307

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	56.688	60.029
Vencidos até 30 dias	2.859	18.796
Vencidos de 31 até 60 dias	7.756	3.099
Vencidos de 61 até 90 dias	440	1.387
Vencidos de 91 até 120 dias	-	109
Vencidos de 121 até 180 dias	-	-
Vencidos acima de 180 dias	693	190
	68.436	**83.610**

A constituição da perda com créditos de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício como "Despesas com Vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Conforme política interna da Companhia, as contas a receber do mercado privado nacional vencidas há mais de 90 dias são integralmente provisionadas, assim como as contas a receber do mercado externo vencidas há mais de 120 dias. Para os demais vencimentos, é utilizada uma taxa para as perdas esperadas, conforme matriz de provisão da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2025 a provisão de PCLD é de R$770 (R$303 em 31 de dezembro de 2024).

	Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2023	204
Adições no exercício	253
Reversões no exercício	(154)
Saldo em 31/12/2024	**303**
Adições no exercício	671
Reversões no exercício	(204)
Saldo em 31/12/2025	**770**

10 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	51.776	38.400
Produtos em processo	4.240	7.233
Produtos para revenda	98	98
Matérias-primas	32.359	34.395
Provisão para perdas c/estoque	(3.513)	(3.864)
Almoxarifado	2.362	2.312
	87.322	78.574

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perdas nos estoques de produtos acabados. A provisão se deve a uma pequena parte dos estoques de produtos acabados sem movimentações nos últimos dois anos, obsoletos ou deteriorados, ou que foram produzidos na planta de validação de produtos, que tem escala menor, por se tratarem, em sua maioria de produtos em desenvolvimento, com lotes menores e, consequentemente, mais caros do que se fossem produzidos nas plantas comerciais de maior capacidade, ficando assim com custo mais alto do que seus valores de venda. Assim, em consonância com a política interna, elaborada de acordo com as normas contábeis (CPC-16), a Administração decidiu reconhecer a provisão do estoque.

O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.513 (R$3.864 em 31 de dezembro de 2024).

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.400
Adições	1.178
Reversões	(754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.864
Adições	757
Reversões	(1.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.513

11 Impostos a recuperar

	31/12/2025	**31/12/2024**
CSLL (i)	1.499	147
IRPJ (i)	4.114	657
PIS	407	126
COFINS	456	559
IRRF	290	514
IPI	69	28
ICMS (i)	5.731	1.056
Outros	73	73
	12.639	3.160

(i) Refere-se a créditos tributários sobre:

- Restituição de ICMS sobre operações de venda do produto Dicloridrato de Pramipexol, produto isento, classificado incorretamente em outra NCM no Convênio do ICMS, no valor de R$5.328.
- Refere-se ao recálculo do benefício das subvenções para investimentos, considerando o gross-up do ICMS subvencionado. O incremento do benefício aumentou as exclusões na base do IRPJ e CSLL no valor de R$ 5.180.

A Companhia espera utilizar a totalidade destes créditos nos próximos doze meses.

12 Imobilizado

		31/12/2025			2024
	Taxas anuais médias de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Terrenos	-	2.105	-	2.105	2.105
Instalações	10%	98.801	(18.820)	79.981	73.147
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	98.679	(48.219)	50.460	50.667
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	3.779	(1.653)	2.126	1.396
Veículos	10% a 20%	624	(358)	266	58
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	13.406	(8.221)	5.185	4.888
Imobilizado em andamento (i)	-	8.575	-	8.575	16.224
Outros	4% a 20%	15.129	(4.824)	10.305	8.702
		241.098	(82.095)	159.003	157.187

(i) A maior parte do saldo de imobilizado em andamento em dezembro de 2025, se deve à expansão das áreas dos departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento e do Controle de Qualidade, que tem previsão de conclusão para maio de 2026.

A Companhia no seu processo industrial opera em três turnos, com isso a legislação (Art. 312 do RIR/99) permite que a Companhia utilize a depreciação acelerada em parte dos seus ativos.

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2024	**Adições**	**Baixas**	**Transf.**	**Saldo em 31/12/2025**
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	89.329	-	-	9.472	98.801
Máquinas e equipamentos	91.233	773	(1)	6.674	98.679
Móveis e utensílios	2.874	148	(10)	766	3.779
Veículos	534	177	(150)	63	624
Equipamentos de informática	11.721	378	(191)	1.499	13.406
Imobilizado em andamento (i)	16.224	13.107	-	(20.755)	8.575
Outros	12.830	17	-	2.281	15.129
Total	226.850	14.600	(352)	-	241.098

	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**Transf.**	**Saldo em 31/12/2024**
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	74.038	6	-	15.286	89.329
Máquinas e equipamentos	85.919	193	(150)	5.270	91.233
Móveis e utensílios	1.796	154	(8)	932	2.874
Veículos	534	-	-	-	534
Equipamentos de informática	10.577	598	(1)	546	11.721
Imobilizado em andamento (i)	19.050	20.657	-	(23.482)	16.224
Outros	11.404	23	(44)	1.449	12.830
Total	205.423	21.632	(203)	-	226.850

(ii) Os gastos registrados como imobilizado em andamento possuem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Obras Civis	3.846	12.167
Equipamentos	1.697	1.764
Materiais	2.909	1.168
Montagem	-	942
Outros	123	183
Total	8.575	16.224

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Instalações	(16.182)	(2.638)	-	(18.820)
Máquinas e equipamentos	(40.566)	(7.654)	1	(48.219)
Móveis e utensílios	(1.478)	(185)	10	(1.653)
Veículos	(476)	(32)	150	(358)
Equipamentos de informática	(6.833)	(1.581)	191	(8.221)
Outros	(4.128)	(694)	-	(4.824)
Total	(69.663)	(12.784)	352	(82.095)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Instalações	(14.044)	(2.138)	-	(16.182)
Máquinas e equipamentos	(32.613)	(8.166)	213	(40.566)
Móveis e utensílios	(1.407)	(80)	9	(1.478)
Veículos	(458)	(18)	-	(476)
Equipamentos de informática	(5.349)	(1.485)	1	(6.833)
Outros	(3.351)	(759)	(18)	(4.128)
Total	(57.222)	(12.646)	205	(69.663)

Em 31 de dezembro de 2025, parte do ativo imobilizado no montante de R$98.600 (R$98.600 em 31 de dezembro de 2024), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme descrito na nota 15.

13 Depósitos Judiciais

Em dezembro de 2025 há um saldo de R$1.751 (R$1.711 em 2024) no ativo não circulante referente à depósitos judiciais sobre processo judicial relacionado ao pagamento de Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal – FEEF e Fundo Orçamentário Temporário - FOT sobre o fornecimento de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) Antirretrovirais. Visto a relevância dos antirretrovirais para o SUS, com convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), foi alegada a irrazoabilidade de ser cobrado o FOT sobre os produtos abrangidos neste convênio, e, portanto, foi solicitado (1) a recuperação dos valores pagos desde mar/2018; e (2) a não cobrança do FOT sobre estes produtos para frente.

Neste processo, foi concedida decisão liminar para permitir que a Companhia deixe de recolher o FOT sobre as saídas referentes ao Conv. 10/2002. Posteriormente, houve sentença favorável à Companhia, que julgou procedente o pedido "para tornar definitiva a tutela deferida [para exonerar a Companhia do pagamento do FOT sobre o Convênio 10] e o direito de repetição do indébito apurado nos últimos 5 anos".

O entendimento dos consultores jurídicos e da Administração sobre o ganho da causa, até o momento é de chance de perda possível, portanto, a Companhia entende não haver necessidade do registro contábil até o momento.

No entanto, a Companhia vem reconhecendo em seus registros contábeis as obrigações relacionadas ao FOT sobre o fornecimento dos produtos do conv.10.

14 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	5.108	6.019
Fornecedores estrangeiros (i)	17.690	21.642
	22.798	27.661

(i) Refere-se substancialmente à compra de matéria-prima importada. A Companhia efetua uma programação de pedidos de compras de matérias-primas que serão utilizadas no processo de produção para venda nos meses subsequentes.

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2024	Captação	Variação Cambial	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2025
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/068 A (i)	3,10% +1,13%+ IPCA	2.617	-	-	210	(214)	(440)	2.173
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/017 B (i)	3,10% +1,13%+ IPCA	1.644	-	-	132	(134)	(277)	1.365
BNDES – Contrato -18.2.0354.1/025 C (i)	3,10% +1,53%+ IPCA	6.172	-	-	517	(526)	(1.039)	5.124
BNDES – Contrato -18.2.0354.1/025 D (i)	3,10% +1,53%+ IPCA	5.202	-		436	(443)	(876)	4.319
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 E (i)	3,10%+1,53% + IPCA	1.981	-	-	166	(169)	(333)	1.645
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 F (i)	3,10%+1,53% + IPCA	623	-	-	52	(53)	(105)	517
BNDES – Contrato -21.9.0101.1/013 S (ii)	3,53% +1,53%+ IPCA	10.783	-	-	943	(958)	(1.815)	8.953
BNDES – Contrato -21.9.0101.1/021 S (ii)	Cesta de Moedas + 2,30%	3.084	-	(759)	379	(191)	(242)	2.271
BNDES – Contrato -25.9.0110.1/015 (iii)	TR + 2,86%	-	8.000		27			8.027
Finep – Contrato – 09.19.0010.00 (iv)	6% ou TJLP – 0,5%	15.877	-	-	1.175	(811)	(2.530)	13.711
Finep – Contrato – 02.23.0205.00 (v)	TR + 3,3%	26.775	3.076	-	1.411	(1.390)	-	29.872
ITAU – Contrato – ITANY04528 (vi)	5,814% +/ – Variação Cambial	34.671		(3.859)	2.685	(2.024)	(7.014)	24.459
		109.429	11.076	(4.618)	8.133	(6.913)	(14.671)	102.436

	2024	2025
Circulante	10.684	32.276
Não Circulante	98.745	70.160
	109.429	102.436

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2023	Captação	Variação Cambial	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2024
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/068 A (i)	3,10% +1,13%+ IPCA	3.058	-	-	253	(253)	(441)	2.617
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/017 B (i)	3,10% +1,13%+ IPCA	1.920	-	-	159	(158)	(277)	1.644
BNDES – Contrato -18.2.0354.1/025 C (i)	3,10% +1,53%+ IPCA	7.211	-	-	622	(622)	(1.039)	6.172
BNDES – Contrato -18.2.0354.1/025 D (i)	3,10% +1,53%+ IPCA	6.079	-		524	(525)	(876)	5.202
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 E (i)	3,10%+1,53% + IPCA	2.314	-	-	200	(200)	(333)	1.981
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 F (i)	3,10%+1,53% + IPCA	728	-	-	63	(63)	(105)	623
BNDES – Contrato -21.9.0101.1/013 S (ii)	3,53% +1,53%+ IPCA	12.599	-	-	1.133	(1.134)	(1.815)	10.783
BNDES – Contrato -21.9.0101.1/021 S (ii)	Cesta de Moedas + 2,30%	2.819	-	526	423	(234)	(450)	3.084
Finep – Contrato – 09.19.0010.00 (iv)	6% ou TJLP – 0,5%	6.628	10.812	-	761	(626)	(1.698)	15.877
Finep – Contrato – 02.23.0205.00 (v)	TR + 3,3%	16.487	10.271	-	723	(706)	-	26.775
ITAU – Contrato – ITANY04528 (vi)	5,814% +/ – Variação Cambial	-	32.645	5.626	713	(713)	(3.600)	34.671
		59.843	53.728	6.152	5.574	(5.234)	(10.634)	109.429

(i) Contrato BNDES N˚ 18.2.0354.1

Principal: R$26.328
Juros: 3,10% a.a. + *Spreads* de 1,13% a.a. ou 1,53% a.a. + IPCA
Vencimento: Em 108 parcelas a partir de dezembro de 2021 e a última em novembro de 2030.
Garantia: Em hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada sua unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.

(ii) Contrato BNDES N˚ 21.9.0101.1

Principal: R$17.191
Juros: 3,54% a.a. + *Spread* 1,5% a.a. + IPCA
Vencimento: Em 90 parcelas a partir de junho de 2023 e a última em novembro de 2030.
Garantia: Em hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada sua unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.

(iii) Contrato BNDES N˚ 25.9.0110.1

Principal: R$37.401
Juros: 2,86% a.a. + TR
Vencimento: Em 120 parcelas a partir de novembro de 2029 e a última em outubro de 2039.
Garantia: Em hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada sua unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.

(iv) Contrato FINEP N˚ 09.19.0010.00

Principal: R$17.975
Juros: Menor entre 6% a.a. e TJLP - 0,5%
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança
Fiança emitida com o Banco Itaú no valor de R$15.496 e vencimento em 18/05/2026.

(v) Contrato FINEP N˚ 02.23.0205.00

Principal: R$29.805
Juros: TR + 3,3% a.a.*
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança
Fiança emitida com o Banco Bradesco no valor de R$16.458 e vencimento em 05/07/2026.
Fiança emitida com o Banco Itaú no valor de R$10.271 e vencimento em 14/08/2026.
Fiança emitida com o Banco Santander no valor de R$3.076 e vencimento em 26/08/2026.

* taxa cobrada quando a Nortec utiliza garantias financeiras.

(vi) Contrato ITAU- ITANY04528
Principal: R$32.645
Juros: Variação Cambial + 5,814% a.a.
Vencimento: Em 20 parcelas a partir de agosto de 2024 e a última em abril de 2029.

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A Companhia possui *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES e Banco Itaú. A Administração monitora esses índices de forma regular.

i. Covenants financeiros

Os contratos de financiamento com as instituições BNDES e Itaú, além de apresentar alguns covenants não financeiros, contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, dos quais, os contratos mais restritivos definem que, Dívida Líquida sobre o EBITDA acumulado de 12 meses não pode ultrapassar o valor de 3x e o Passivo Circulante + Passivo Não Circulantes não podem ultrapassar 45% dos Ativos Totais, conforme calculado no Balanço Patrimonial.

Em dezembro de 2025, a Companhia estava em desacordo em relação ao covenant de dívida líquida sobre o Ebitda, estipulados nos contratos 18.2.0354.1 e 21.9.0101.1 com o BNDES, e no contrato ITANY04528 com o Banco Itaú.
Em relação ao BNDES, os contratos determinam que a Companhia deve enviar as demonstrações financeiras auditadas, assim que disponíveis, para análise dos indicadores. Os contratos não definem vencimento antecipado automaticamente, e prevê que, caso seja constatado o desacordo com os covenants, a instituição notificará a Companhia, para adequação do indicador dentro do prazo de 90 dias, sob pena de apresentação de garantias adicionais. Uma vez que o indicador voltou a estar em conformidade no mês de janeiro de 2026, a Companhia entende não haver impactos contábeis no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 relacionados a estes contratos.

Em relação ao Banco Itaú, em contrapartida, o contrato não prevê prazos para adequação dos indicadores. Nesse contexto, a Companhia formalizou o ocorrido e solicitou waiver em março de 2026. Contudo, visto que na data base de 31 de dezembro de 2025 ainda não havia ocorrido a referida adequação, a Companhia reclassificou o saldo total de R$ 24.459, deste financiamento como obrigações de curto prazo em seu balanço patrimonial. Deste saldo total, R$ 6.919 já estavam registrados no curto prazo, enquanto os R$ 17.540 restantes foram transferidos para o curto prazo, em razão da referida não conformidade do indicador. Este saldo será revertido para o prazo do cronograma de amortizações, em abril de 2026, com base no recebimento de waiver do Banco Itaú.

ii. Covenants não financeiros

Obrigações de não fazer:

- Redução relevante do quadro de pessoal, atrelada à execução do projeto financiado;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; e

Obrigações de fazer:

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais a recolher	1.297	1.092
Encargos assistenciais a pagar	490	454
Provisão de férias	3.586	3.323
	5.373	4.869

17 Obrigações fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recolher	4.092	3.806
Imposto de Renda na Fonte	405	385
Outros	70	60
	4.567	4.251

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adições	109
Reversões	-
Baixas por pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109
Adições	64
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	173

Além dos processos judiciais com avaliação de risco provável de perda, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía processos judiciais sem provisão constituída por não possuir uma nova obrigação presente como resultado de evento passado, e apresentar classificação de risco possível de perda. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e avaliação da própria administração, as provisões tributárias, cíveis e trabalhistas classificadas com risco possível de perda totalizam o montante de R$4.102 (R$5.768 em 31 de dezembro de 2024). Estes passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja - probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Trabalhistas	3.542	205
Tributária	560	5.563
Total	4.102	5.768

Processos de natureza Trabalhista

Os principais pedidos estão relacionados a reclamações trabalhistas, especialmente aos seguintes temas: Horas extras, indenizações por danos materiais, estabilidade, pensão vitalícia, desvio e acúmulo de função. Não há, contudo, ações individuais que apresentem potencial para impactar de forma significativa os resultados da Companhia.

19 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	**31/12/2024**
Saldo de prejuízo fiscal e base negativa	1.538	1.514
Diferenças temporárias:		
Provisões temporárias	2.161	2.027
Diferença de depreciação Taxa Fiscal x Contábil	(6.733)	(4.861)
Outras	(167)	192
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**(3.201)**	**(1.129)**

	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	12.035	14.695
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal (34%)	(4.092)	(4.996)
Ajustes:		
Despesas não dedutíveis	(1.065)	(1.084)
Incentivos Fiscais	878	500
Receita de Correção Monetária S/Indébito Tributário	1.243	183
Outros	(101)	(288)
Imposto de renda e da contribuição social total	**(3.137)**	**(5.685)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.065)**	**(3.446)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.072)**	**(2.239)**

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R$3.493 e de R$4.524, respectivamente, para compensação de lucros tributáveis futuros. Prejuízos fiscais e bases negativas não possuem prazo de prescrição, porém a Companhia somente pode compensar o montante de até 30% dos lucros tributáveis de cada exercício societário e fiscal.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R$54.836 (R$89.230 em 31 de dezembro de 2024) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

Participação societária	**2025**		**2024**	
	Número de Ações Ordinárias	**%**	**Número de Ações Ordinárias**	**%**
Saint-Remy Participações Ltda	9.145.592	77	6.770.113	57
Acionistas pessoa física	2.731.803	23	5.107.282	43
	11.877.395	**100**	**11.877.395**	**100**

Em Assembleia realizada em agosto de 2025, os Acionistas deliberaram transferência de 2.375.479 ações de Acionista pessoa física para Ações em Tesouraria, mediante a quitação de mútuo com parte relacionada. Além disso, deliberaram a possibilidade de aumento de capital no total de R$2.375, cuja integralização ocorreu em dezembro de 2025, pela Saint-Remy Participações, com a subscrição de 2.375.479 novas ações.

Ainda em dezembro de 2025, os Acionistas aprovaram em nova Assembleia a redução do Capital Social da Companhia, por excesso, de R$91.605 para R$54.836, e o cancelamento das 2.375.479 Ações em Tesouraria contra o valor da redução do capital, considerando que todos concordaram em não receber a restituição de capital, destinando o valor da redução para tal cancelamento de ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.
Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

Conforme determina o estatuto social da Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76.

Os dividendos foram calculados e propostos para distribuição conforme detalhado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	9.169	9.011
Constituição da reserva legal - 5%	-	(451)
Base de cálculo	**9.169**	**8.561**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.292	2.140
Dividendos adicionais	-	-
Total de dividendos a distribuir	**2.292**	**2.140**
Percentual do lucro líquido	**25%**	**25%**

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada na compensação de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de Incentivos Fiscais

É constituída em razão dos valores de Subvenções para Investimentos, cujo valor é deduzido na base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com a promulgação da Lei 14.789/2023, o cenário para o aproveitamento de incentivos fiscais das Subvenções para Investimentos a partir de 2024 passou por alterações relevantes. As mudanças restringem consideravelmente a utilização deste benefício em âmbito geral, e no caso da Companhia, impediram o aproveitamento a partir das alterações legislativas. Não houve utilização de incentivos fiscais em 2025.

O aumento da Reserva de Incentivos Fiscais em 2025 se deu em razão do recálculo do benefício das subvenções para investimentos, considerando o *gross-up* do ICMS subvencionado. O incremento do benefício aumentou as exclusões na base do IRPJ e CSLL, aumentando esta Reserva.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para continuidade operacional da Companhia.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, estabelece que o somatório das Reservas de Lucros, exceto as Reservas de Contingências, Incentivos fiscais e Lucros a Realizar, não poderá ser superior ao montante do Capital Social.

21 Receita Líquida de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	235.476	264.079
Menos:		
Vendas canceladas	(8.502)	(1.481)
Impostos sobre vendas	(16.502)	(16.773)
	210.472	245.825

22 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos materiais	(97.978)	(115.453)
Custo c/ pessoal	(35.484)	(32.476)
Custo c/ serv. terceiros	(4.315)	(4.828)
Custo c/ ocupação e utilidades	(15.227)	(15.217)
Depreciação	(9.849)	(10.670)
Custos dos Produtos Vendidos	(162.853)	(178.644)
Custo dos Produtos Revendidos	-	(716)
	(162.853)	(179.360)

23 Despesas (receitas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com Vendas	**(2.252)**	**(2.004)**
Despesas com pessoal	(19.799)	(16.986)
Serviços de terceiros	(9.664)	(8.019)
Ocupação e utilidades	(5.525)	(5.296)
Despesas administrativas	(6.463)	(9.159)
Depreciação	(2.936)	(1.946)
Despesas Gerais e Administrativas	**(46.639)**	**(41.406)**
Outras receitas operacionais (i)	9.190	1.731
Total de (despesas) receitas operacionais	**(37.449)**	**(41.679)**

(i) O aumento na rubrica de Outras receitas operacionais se deve aos créditos tributários de restituição de ICMS e ao aumento do Saldo Negativo do IRPJ e CSLL, conforme mencionado na nota 11.

24 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Juros	(8.180)	(4.992)
Descontos concedidos	(668)	(216)
Despesas bancárias	(885)	(790)
Acréscimos legais s/tributos	(118)	(41)
IOF	(395)	(374)
Outros	(89)	(107)
Total	**(10.335)**	**(6.521)**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.405	2.190
Descontos recebidos	40	24
Receita de juros	1.470	1.519
Variação Monetária S/Tributos (i)	3.422	539
Outros	129	117
Total	**7.466**	**4.389**
Variação Cambial Ativa	13.332	8.723
Variação Cambial Passiva	(8.598)	(16.681)
Variação cambial líquida	**4.734**	**(7.958)**
Resultado financeiro líquido	**1.865**	**(10.090)**

(i) O aumento na rubrica de Variação Monetária sobre Tributos se deve à atualização monetária dos créditos tributários de restituição de ICMS e ao aumento do Saldo Negativo do IRPJ e CSLL, conforme mencionado na nota 11.

25 Instrumentos financeiros

25.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelos (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, divido pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos (Nota 14)	102.436	109.429
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(23.911)	(27.603)
Menos: aplicações financeiras (Nota 8)	(2.021)	(3.184)
Dívida líquida (A)	76.504	78.642
Total do patrimônio líquido (B)	212.830	239.682
Total do capital (A + B)	289.334	318.324
Índice de alavancagem financeira - %	26,44%	24,71%

25.2 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	23.911	27.603
Aplicações financeiras	2.021	3.184
Contas a receber	67.666	83.307
Mútuo com Partes Relacionadas	-	35.301
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	102.436	109.429
Fornecedores	22.798	27.661

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção ("*hedge*") em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

25.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

25.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia, e opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

25.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2025, o dólar norte-americano sofreu uma desvalorização de 11,14 % frente ao real (2024 - valorização de 27,91%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira é:

Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**Moeda de Exposição**
Caixa e equivalente de caixa (recebimentos em dólar de clientes estrangeiros)	7.649	9.703	US$
Contas a receber de clientes estrangeiros	3.393	6.428	US$
Total dos Ativos	**11.042**	**16.131**	
Passivo			
Seguro transportes	44	50	US$
Financiamentos estrangeiros	24.458	34.671	US$
Fornecedores estrangeiros	17.690	21.642	US$
Total dos Passivos	**42.192**	**56.363**	

25.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R$25.932 em 31 de dezembro de 2025 (R$30.787 em 31 de dezembro de 2024) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros estabelecidas nos contratos conforme mencionado na nota 14 no valor de R$102.436 em 31 de dezembro de 2025 (R$109.429 em 31 de dezembro de 2024). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas e os prazos de amortização são longos, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado.

Além disso, a Companhia tem uma Política conservadora em relação ao caixa e equivalentes de caixa, operando com saldos elevados para mitigação de risco. Como mencionado acima, o caixa e as aplicações, também estão expostos (positivamente) à variação nas taxas de juros. Dessa forma, esse risco é atenuado.

25.7 Análise de sensibilidade

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, seguro transporte e contas a pagar em moeda estrangeira além de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a outros índices.

Na elaboração da análise de sensibilidade, foram considerados o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil para o dólar norte-americano e CDI, além das informações projetadas pelo BNDES para os seguintes índices TJLP e TLP, considerando as seguintes premissas:

Definição de um cenário provável do comportamento do risco que é referenciada por fonte externa independente (Cenário Provável).

Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário Possível e Cenário Remoto, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros, taxas de câmbio e aos índices inflacionários, e os seus respectivos impactos no resultado do exercício, estão demonstrados.

Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2025 e o efeito dos juros sobre as aplicações financeiras e sobre os financiamentos são apresentados a seguir:

			Efeitos dos juros sobre aplicações financeiras e sobre os financiamentos				
Operação		**Saldo contábil em 31/12/2025**	**Cenário provável de rendimento sobre aplicações e juros sobre empréstimos (a)**	**Ganho ou perda (b) - (a)**	**Cenário possível 25% (b)**	**Ganho ou perda (c) - (a)**	**Cenário remoto 50% (c)**
Aplicações Financeiras	CDI	16.252	2.214	554	2.768	1.107	3.322
Fundos de Investimentos (Caixa Equivalentes de Caixa)	CDI	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	Menor entre 6% a.a. e TJLP - *spread* *	(13.711)	(823)	-	(823)	-	(823)
Empréstimos e Financiamentos	IPCA + *spread*	(24.095)	(2.160)	(252)	(2.412)	(504)	(2.663)
Empréstimos e Financiamentos	TR + *spread*	(29.872)	(1.612)	(157)	(1.769)	(313)	(1.925)
Total		**(51.426)**	**(2.381)**	**145**	**(2.236)**	**290**	**(2.089)**

** Este empréstimo é limitado para cima em 6% a.a. Assim, só faz sentido mostrar a sensibilidade quando a TJLP - 0,5% for menor do que 6% a.a.*

A Selic utilizada foi a de março de 2026, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), em reunião realizada no dia 18 de março de 2026. Nos cenários possível e remoto, esse valor foi acrescido de 25% e 50%, respectivamente.

Para o IPCA, foi usada a mesma lógica. O cenário provável considera a média entre o IPCA acumulado nos últimos 12 meses em fevereiro de 2026 (3,81%) (fonte: IBGE) e a projeção do Focus de 20 de março para o fim de 2026 (4,17%).

Para a TJLP, foi usada a taxa vigente acumulada até dezembro de 2025 (Fonte: BNDES).

Riscos de taxa de câmbio

Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial mencionada na nota 24.5, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto de 31 de dezembro de 2025:

O cenário provável considera a taxa de câmbio projetada pelo Focus da primeira semana de janeiro de 2024 para o fim do ano.

Operações Cambiais		Saldo contábil em 31/12/2025	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	Dólar/Real	7.649	7.578	1.895	9.473	3.789	11.367
Contas a receber de clientes estrangeiros	Dólar/Real	3.393	3.362	840	4.202	1.681	5.042
Seguro Transporte	Dólar/Real	(44)	(44)	(11)	(54)	(22)	(65)
Fornecedores estrangeiros	Dólar/Real	(17.690)	(17.526)	(4.382)	(21.908)	(8.763)	(26.290)
Empréstimos e Financiamentos	Dólar/Real	(24.458)	(24.232)	(6.058)	(30.290)	(12.116)	(36.348)
Total		**(31.150)**	**(30.862)**	**(7.716)**	**(38.577)**	**(15.431)**	**(46.294)**

25.8 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes, além de contratar uma empresa independente especializada em análise de crédito. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes atingiu o montante de R$67.666 em 31 de dezembro de 2025 (R$83.307 em 31 de dezembro de 2024), sendo a maior parte proveniente dos dez maiores clientes da Companhia, com os quais há uma relação comercial de longa data, com histórico sólido de adimplência de suas obrigações financeiras. As demais contas a receber de clientes estão compostas por muitos clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R$25.932 em 31 de dezembro de 2025 (R$30.787 em 31 de dezembro de 2024), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "*ratings*" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

25.9 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31/12/2025	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	22.798	-	-	22.798
Financiamentos	32.276	16.583	53.577	102.436

26 Benefícios a empregados

A Companhia, por meio Art. 5º é assegurado ao ex-empregado aposentado que contribuiu para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.656, de 1998, contratados a partir de 2 de janeiro de 1999, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido. Diante disso, mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R$968 em 31 de dezembro de 2025 (R$1.686 em 31 de dezembro de 2024) no passivo não circulante na rubrica de "Outras Contas a Pagar e Provisões".

A Administração da Companhia entende que os valores apurados no cálculo atuarial não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$292.059 de valores em risco para danos materiais, (R$292.059 em 31 de dezembro de 2024), limites máximos de garantia de R$5.000 para responsabilidade civil geral (R$5.000 em 31 de dezembro de 2024), e 32.000 para responsabilidade civil de Administradores (R$32.000 em 31 de dezembro de 2024).

Além destes, a Companhia detém apólices de seguros de transportes de mercadorias, seguro de vida para os colaboradores, entre outros.

28 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	8.898	9.011
Quantidade de ações em circulação – média ponderada (em milhares)	11.877	11.877
Resultado por ação (básico e diluído)	0,7491	0,7587

***